

Governo quer ser paciente e racional na renegociação

Duas palavras-chave definem a estratégia do Palácio do Planalto para as negociações sobre a dívida externa. Essas negociações entrarão em nova fase ainda na primeira quinzena do mês, com a viagem do ministro Francisco Dornelles e do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, aos Estados Unidos. As duas palavras são racionalidade e paciência.

A racionalidade foi sustentada dias atrás pelo presidente José Sarney, em conversa com o repórter. Ele defendeu a importância de ser retirado todo o conteúdo emocional e passional das negociações, o que deve começar por nós mesmos. Não estamos, como gostariam determinados setores políticos, empenhados numa guerra santa, muito menos à maneira do Exército Branco-leone em busca de Jerusalém. Precisamos ter a cabeça fria para, dentro da direttriz maior do cumprimento de nossas obrigações, encontrarmos mecanismos capazes de garantir o crescimento econômico. Assim, não haverá que aceitar a recessão, se ela vier como resultado de propostas do Fundo Monetário Internacional.

A paciência foi referida em conversa de ontem pelo assessor especial do presidente para assuntos econômicos, Luís Paulo Rosenberg. Ele informou que não preocupa o governo o problema de prazos, como não deve preocupar aos nossos credores o problema de insolvência. Até hoje o Brasil não deixou de saldar nenhum de seus compromissos, a tempo e a hora, ainda que houvessemos conseguido diversos adiamentos e prorrogações. No caso dos prazos, inexistente a tão anunciada data fatal de 31 de agosto. Na realidade, o prazo que existia, junto aos bancos credores, não com o FMI, era de 31 de maio. Antônio Carlos Lemgruber negociou uma prorrogação de 90 dias, para a qual é necessária a concordância de 100% dos credores. Enquanto ela se caracteriza, todas as contas vêm sendo saldadas, ao mesmo tempo em que outros prazos entrarão em pauta.

A prova da normalidade está nos depósitos feitos pelos bancos estrangeiros em organismos nacionais.

Criação de empregos

A primeira etapa das negociações dirá respeito ao Fundo Monetário Internacional. Será preciso paciência, então, para podermos convencer suas autoridades de nossas necessidades globais. O FMI está interessado na queda da inflação. E, por isso, sugere cortes maiores nas despesas, visando a redução do déficit interno. Gostaria que a previsão inflacionária para 1986 ficasse em torno dos 100%. O governo brasileiro, no entanto, estimou que a inflação do próximo ano deve ficar em torno dos 180%. Dessa forma teremos condições de incrementar o desenvolvimento e fazer o País crescer 5% em sua economia, nível capaz de criar e de garantir empregos.

É claro que esse raciocínio e essas considerações são nossas, não do FMI, ao qual interessa apenas a redução inflacionária, sem preocupações nem responsabilidades com o setor social. Será, por isso, uma questão de dialogar com paciência para obtermos sucesso. Para eles, pouco importa que o Brasil venha ter mais três milhões de desempregados se os índices da inflação baixarem mais ainda, mas, para nós, é preferível uma inflação um pouco maior se, como contrapartida, conseguirmos a criação de três milhões de empregos através do reaquecimento da economia privada.

Rosenberg lembra ser nossa situação bastante diversa de outros países devedores da América Latina, apesar de apresentarmos o maior volume de dívidas. Dispomos de US\$ 12 bilhões de saldo em nossa balança comercial, atingidos no ano passado e por atingir este ano, bem como US\$ 8 bilhões de reservas. Não constituímos um risco econômico, muito ao contrário. Não necessitaremos de dinheiro novo para implementar nosso desenvolvimento, mas, apenas, da utilização de parte do saldo para isso.

Depois de muitos debates emocionais, de alguma cautela na conclusão do diagnóstico e na elaboração da estratégia, o Executivo dá a impressão de haver conseguido unidade de pensamento, no trato da dívida externa. O presidente José Sarney levou alguns meses para definir o seu projeto econômico, conversou, ouviu e dialogou ao máximo. Chegou, afinal, à formalização dos aspectos principais de sua política.

Sua idéia inicial era de falar à Nação apenas sobre economia, tendo depois evoluído para uma fala global, onde também entraram questões políticas e sociais. O fundamental de sua aparição em vídeos e microfones foi ter armado a equação completa: prioridade para o crescimento econômico, esforços voltados para o plano social e o atendimento às necessidades da massa desfavorecida, minimização do papel do Estado na economia e fortalecimento da empresa privada nacional, redução dos gastos públicos e tratamento da dívida externa dentro de parâmetros que não gerem a recessão.

Nova rodada

Os altos funcionários brasileiros não estarão voando para Washington e Nova York como quem voa para a guerra, mas, simplesmente, dando sequência a negociações, normais e naturais. O Brasil, como já disse o presidente José Sarney, não quer liderar nenhum movimento político de tratamento comum da dívida, na América Latina, nem comandar o bloco dos devedores. O problema é bilateral, de cada um, pouco importando as conclusões de Havana, esta semana, ou a opinião do presidente Fidel Castro a respeito de como devemos ou deveríamos agir. Vale, em todo o episódio, a defesa dos nossos interesses e o cumprimento fiel das diretrizes agora definidas como linhas-base de nossa política. Encontraremos obstáculos, é claro, bem como grandes dificuldades, mas esses fatores não impedirão o trato racional da questão. Com paciência.

Carlos Chagas